



Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Pirai (RJ)



PROTOCOLO GERAL 887/2025  
Data: 15/09/2025 - Horário: 16:51  
Legislativo - PLO 94/2025

## PROJETO DE LEI Nº 94/2025

**Institui o Programa "Pirai Cidade Protegida" – Sistema Integrado de Segurança Urbana e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,**

**APROVA:**

### **Capítulo I Das Disposições Gerais**

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa "Pirai Cidade Protegida" – Sistema Integrado de Segurança Urbana, política pública permanente destinada à prevenção da criminalidade e à promoção da segurança no Município de Pirai, com os objetivos de:

- I – reduzir os índices de criminalidade e fortalecer a sensação de segurança da população;
- II – integrar poder público, forças de segurança e comunidade em ações preventivas;
- III – modernizar a infraestrutura urbana, criando corredores seguros;
- IV – otimizar recursos públicos mediante ações coordenadas e tecnologicamente integradas.

**Parágrafo Único.** A execução do Programa observará as competências constitucionais da União e do Estado, cabendo ao Município atuar de forma complementar e cooperativa, no âmbito da segurança urbana e da prevenção da criminalidade.

### **Capítulo II Dos Componentes Do Sistema Integrado**

**Art. 2º.** O Sistema Integrado de Segurança Urbana é composto pelos seguintes subsistemas:

- I – Subsistema de Iluminação Pública Inteligente;



**Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro**

II – Subsistema de Ordenamento Viário Estratégico;

III – Subsistema de Videomonitoramento Municipal.

**Seção I  
Do Subsistema de Iluminação Pública Inteligente**

**Art. 3º.** O Subsistema de Iluminação Pública Inteligente compreende:

I – substituição progressiva das luminárias por tecnologia LED com sensores de movimento;

II – sistema de variação automática da intensidade luminosa;

III – integração com central de controle e monitoramento;

IV – priorização das áreas de maior incidência criminal;

V – criação de corredores iluminados conectando pontos estratégicos;

VI – padrão mínimo de 20 lux em vias de pedestres e 10 lux em vias veiculares;

VII – postes preparados para instalação de câmeras de monitoramento; e

VIII – adoção de fontes de energia renovável sem custos adicionais permanentes.

**Seção II  
Do Subsistema de Ordenamento Viário Estratégico**

**Art. 4º.** O Subsistema de Ordenamento Viário Estratégico compreende:

I – sinalização horizontal e vertical padronizada em pontos estratégicos para segurança;

II – demarcação de estacionamentos que favoreçam vigilância natural e circulação de agentes de segurança;

III – remoção de obstáculos visuais em esquinas e pontos críticos que prejudiquem a visibilidade;



**Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro**

IV – padronização de mobiliário urbano que favoreça a visibilidade e o controle social do espaço público.

**Seção III  
Do Subsistema de Videomonitoramento Municipal**

**Art. 5º.** O Subsistema de Videomonitoramento Municipal compreende a instalação de rede de câmeras de alta resolução em pontos estratégicos, integradas a central de monitoramento 24 horas, com gravação mínima de 30 dias, uso exclusivo para fins de segurança pública e acesso controlado às imagens, observada a legislação vigente e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

§1º. O sistema será integrado, sempre que possível, aos sistemas de monitoramento de trânsito municipais, aos sistemas de segurança pública dos órgãos estaduais e federais e aos sistemas das concessionárias de rodovias que cortam o Município, em especial a BR-116 – Rodovia Presidente Dutra.

§2º. A integração prevista no §1º será formalizada mediante convênios, acordos de cooperação ou outros instrumentos jurídicos adequados.

§3º O acesso às imagens gravadas será restrito a agentes públicos devidamente autorizados, observados os seguintes protocolos:

- I – identificação e autenticação biométrica do usuário;
- II – registro automático de todos os acessos com data, horário e finalidade;
- III – estabelecimento de perfis de acesso conforme função e competência;
- IV – vedação ao compartilhamento não autorizado das imagens;
- V – criptografia de dados, em trânsito e em repouso;
- VI – auditoria periódica dos acessos e uso das informações.

§4º. As imagens serão utilizadas exclusivamente para:

- I – investigação de crimes e infrações;
- II – apoio às operações de segurança pública;



**Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro**

III – atendimento a requisições do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV – elaboração de relatórios estatísticos anonimizados.

**Capítulo III  
Da Participação Social**

**Art. 6º.** Fica instituído o Fórum Municipal de Segurança Pública, de caráter consultivo e participativo, realizado anualmente com a presença de representantes do Poder Público, forças de segurança, sociedade civil e iniciativa privada, destinado ao diálogo, diagnóstico, avaliação dos resultados e premiação de metas alcançadas no âmbito do Programa "Pirai Cidade Protegida".

§1º. O Fórum constituirá espaço oficial para a Administração Pública Municipal apresentar relatórios de monitoramento e avaliação do Programa, garantindo transparência e publicidade ativa de seus resultados.

§2º. A metodologia de avaliação e critérios de premiação das metas serão definidos em regulamento do Poder Executivo, observada a integração com os órgãos de segurança pública estaduais e federais.

**Capítulo IV  
Do Monitoramento e Avaliação**

**Art. 7º.** O Programa será monitorado e avaliado através dos seguintes indicadores:

I – Indicadores de Resultado: a) redução percentual dos índices de criminalidade nas áreas contempladas; b) diminuição do tempo de resposta das forças de segurança; c) aumento da sensação de segurança da população, medida por pesquisa anual; d) redução de acidentes de trânsito em pontos críticos.

II – Indicadores de Processo: a) percentual de execução física das obras de cada subsistema; b) tempo de funcionamento dos equipamentos instalados; c) número de ocorrências registradas através do sistema de videomonitoramento; d) economia energética obtida com a modernização da iluminação; e) melhoria dos índices de visibilidade em pontos críticos.

III – Indicadores de Impacto: a) valorização imobiliária nas áreas contempladas; b) aumento da circulação de pedestres em horários noturnos; c) crescimento de atividades econômicas locais; d) melhoria da percepção de segurança em espaços públicos.



## **Câmara Municipal de Pirai Estado do Rio de Janeiro**

§1º. Os indicadores serão mensurados e divulgados anualmente no site oficial do Município e nas reuniões do Fórum Municipal de Segurança Pública.

§2º. Metas específicas para cada indicador serão estabelecidas no regulamento desta Lei, com revisão anual baseada nos resultados obtidos.

### **Capítulo V Da Implementação**

**Art. 8º.** A implementação das ações previstas neste Programa observará a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, seguindo o seguinte cronograma:

I – Fase I (até 18 meses): implementação prioritária nas áreas dos distritos de Arrozal e Varjão, incluindo: a) instalação de 30% da iluminação LED programada; b) implantação de 40% do sistema de videomonitoramento; c) execução de 50% das intervenções de ordenamento viário estratégico.

II – Fase II (18 a 36 meses): expansão para o centro urbano e principais corredores de acesso, incluindo: a) conclusão de 70% da modernização da iluminação pública; b) instalação de 80% das câmeras de monitoramento; c) finalização de 90% das intervenções de ordenamento viário estratégico.

III – Fase III (36 a 60 meses): universalização do sistema e integração completa, incluindo: a) conclusão de 100% dos subsistemas; b) plena integração com sistemas estaduais e federais; c) funcionamento integral do centro de monitoramento.

§1º. Os prazos poderão ser ajustados conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, mediante justificativa apresentada ao Fórum Municipal de Segurança Pública.

§2º. Os critérios de priorização considerarão índices de criminalidade, vulnerabilidade social e relevância estratégica de cada área.

**Art. 9º.** Antes do início de cada fase, serão realizados:

I – audiências públicas nos bairros contemplados;

II – estudos técnicos de viabilidade;

III – mapeamento georreferenciado das necessidades locais;



## **Câmara Municipal de Pirai Estado do Rio de Janeiro**

IV – definição de indicadores específicos de resultado;

V – programa de capacitação para operadores dos sistemas;

VI – consulta aos órgãos de segurança pública estaduais e federais competentes;

VII – consulta a entidades da sociedade civil organizada com expertise em segurança pública, direitos humanos e proteção de dados;

VIII – intercâmbio de experiências com outros municípios, estados e países que tenham implementado programas similares de segurança urbana integrada.

§1º. As consultas previstas nos incisos VI e VII deverão ser formalizadas através de ofícios, reuniões técnicas ou audiências específicas, com prazo mínimo de 30 dias para manifestação.

§2º. O intercâmbio de experiências previsto no inciso VIII incluirá visitas técnicas, seminários e estudos comparativos, priorizando casos de sucesso em municípios com características similares a Pirai

§3º. As contribuições recebidas nas consultas e intercâmbios serão consolidadas em relatório técnico que subsidiará as decisões de implementação de cada fase.

### **Capítulo VI Do Financiamento**

**Art. 10.** Os recursos para execução do Programa "Pirai Cidade Protegida" serão provenientes de:

I – dotações orçamentárias próprias do Município;

II – transferências dos Governos Estadual e Federal;

III – financiamentos de organismos nacionais e internacionais;

IV – parcerias público-privadas, quando aplicável;

V – convênios e cooperações com concessionárias de rodovias que cortam o Município, em especial a BR-116 – Rodovia Presidente Dutra;

VI – outras fontes legalmente constituídas.



## **Câmara Municipal de Pirai Estado do Rio de Janeiro**

§1º. A execução orçamentária do Programa observará a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

§2º. O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios, acordos e parcerias com órgãos estaduais, federais e concessionárias de serviços públicos, contratar financiamentos, aceitar doações e patrocínios e realizar licitações integradas para otimização de recursos.

### **Capítulo VII Das Disposições Finais**

**Art. 11.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dispondo sobre:

- I – normas técnicas dos equipamentos;
- II – procedimentos operacionais;
- III – protocolos de manutenção;
- IV – regras de acesso às imagens de videomonitoramento;
- V – organização e funcionamento do Fórum Municipal de Segurança Pública;
- VI – metodologia de cálculo dos indicadores de monitoramento e avaliação;
- VII – critérios e conteúdo dos programas de capacitação;
- VIII – protocolos detalhados de proteção de dados pessoais;
- IX – instituição do Programa de Capacitação Continuada para operação do Sistema Integrado de Segurança Urbana, destinado a servidores municipais, agentes de segurança pública e representantes comunitários;
- X – conteúdo da capacitação, abrangendo operação técnica dos equipamentos, protocolos de segurança e proteção de dados, procedimentos de emergência e manutenção, legislação aplicável e atendimento ao público;
- XI – periodicidade dos cursos de atualização para manutenção da qualificação técnica dos operadores.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrário.



**Câmara Municipal de Pirai**  
**Estado do Rio de Janeiro**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei atende à necessidade urgente de modernização da infraestrutura de segurança pública no Município de Pirai.

O Programa "Pirai Cidade Protegida" representa um marco na política municipal de segurança, ao integrar iluminação inteligente, ordenamento viário estratégico e videomonitoramento, promovendo a prevenção da criminalidade através de intervenções urbanas focalizadas.

Com participação social garantida por meio do Fórum Municipal de Segurança Pública, governança transparente e rigoroso monitoramento de resultados, esta proposta assegura eficiência, legalidade e respeito aos direitos fundamentais.

As disposições concentram-se exclusivamente nos aspectos diretamente vinculados à segurança pública: cronograma detalhado de implementação em três fases ao longo de cinco anos; sistema específico de indicadores de resultado, processo e impacto para monitoramento e avaliação da efetividade na redução da criminalidade; protocolos rigorosos para proteção de dados pessoais e acesso controlado às imagens de videomonitoramento; programa estruturado de capacitação para operadores e usuários do sistema de segurança.

Essas medidas fortalecem a proposta, tornando-a tecnicamente robusta e focada nos objetivos de segurança pública, garantindo maior efetividade na prevenção da criminalidade e proteção da população.

Diante da relevância e do foco específico em segurança pública, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2025.

**Moacir Gonçalves da Rocha Junior**  
Vereador - Presidente